

17 OUT 1986

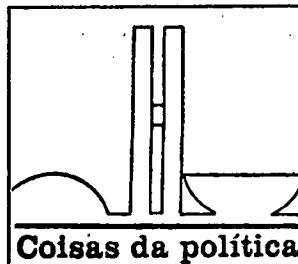
André Gustavo Stumpf

OS manuais de estratégia dos exércitos mais sofisticados e as normas de sobrevivência da malandragem carioca coincidem em que não se deve enfrentar mais de um adversário ao mesmo tempo. E se ele for poderoso, é de boa política estudar com atenção suas fraquezas antes de aceitar o confronto. Essa regra de ouro da prudência foi desafiada pelo governo Sarney, que admitiu uma série de guerras paralelas contra diversos adversários, todos eles poderosos, e começo a colher agora os frutos de seu entusiasmo: desde a desvalorização do cruzado em relação ao dólar, teve início, na realidade, o processo de correção no Plano Cruzado, em ritmo de tamanha urgência que não foi possível aguardar a realização das eleições de 15 de novembro.

O Governo está em litígio aberto e declarado com os pecuaristas, por causa da questão do boi e do abastecimento da carne que, apesar da desapropriação e das reiteradas ameaças, teima em não se resolver. A administração está desafiando os latifundiários com a sua prometida reforma agrária e, ao mesmo tempo e pela mesma razão, provocando insatisfação no clero progressista que o acusa de não trabalhar claramente em favor do projeto de repartição da terra. O Governo coleciona problemas com os banqueiros, que estão fechando agências no país inteiro e se prepara para começar a viver um enfrentamento com a indústria — porque há uma escassez significativa de produtos industrializados.

Ao lado disto, o Plano Cruzado desestimulou o investimento financeiro e praticamente extinguiu a rentabilidade do open market, enquanto os técnicos da área econômica batiam forte nos investidores da bolsa de valores. As ações cotadas em bolsa estão, hoje, com preço inferior ao de janeiro deste ano, quando o cruzeiro ainda era a moeda deste país. E, por último, o governo Sarney não conseguiu fechar um acordo externo com os banqueiros internacionais. O discurso oficial brasileiro no exterior é eloquente e brilhante, mas não encontrou até agora os caminhos necessários para a resolução dos problemas financeiros do país. O resultado da superposição de problemas foi constatado na semana passada por um ministro de estado, de livre acesso ao gabinete do presidente José Sarney: "Há um clima de pânico no mercado financeiro paulista".

A eleição de 15 de novembro concorre para tornar a situação ainda mais confusa, porque os interesses contrariados, não apenas criticam ferozmente o poder central, mas procuram se organizar para financiar os candidatos de oposição. No centro



Coisas da política

do pânico em São Paulo, o Governo percebeu que alguns investidores estão jogando com duas possibilidades: a primeira é a de que o país vai cair numa profunda recessão logo após a eleição e a segunda é a de que a inflação voltará numa espiral enlouquecida. O pano de fundo deste cenário controvertido é a notável queda do investimento estrangeiro no Brasil, que antes era significativo e agora é residual. É tão pequeno, apenas alguns milhões de dólares, que não deve ser contabilizado para efeito de política.

O Governo percebeu que seu desgaste é grande e, pela primeira vez, os índices de popularidade do Presidente da República experimentaram uma queda. Mais ainda: percebeu que o ônus de modificar o Plano Cruzado já estava sendo pago por antecipação, uma vez que é impossível escamotear a verdade, diante de uma situação de crise potencial tão evidente. A pequena desvalorização do cruzado, ocorrida na última quarta-feira, é o sinal de que o projeto de estabilização da moeda vai sofrer algumas correções. Cogita-se, na área econômica, de "flexibilizar" o congelamento — o que na prática significaria permitir alguns reajustes de preços com o objetivo de desamar conflitos localizados e restabelecer, ao menos em parte, o abastecimento da população. Por exemplo, o setor que produz açúcar e álcool já trabalha com a perspectiva de ganhar um aumento da ordem de 15%.

O outro lado da moeda é o consumo, que, segundo a teoria dos economistas do governo, está excessivo. Apesar de todos os desmentidos, há estudos e avaliações recomendando a elevação da carga tributária com objetivo de desestimular a população a realizar mais comprar. Alguém já disse que houve em algum momento da história do Ocidente uma dissociação enigmática entre política e economia. No Brasil da Nova República o fenômeno se mostra com uma clareza capaz de ferir olhos sensíveis, porque as grandes estrelas deste período da vida política nacional foram, precisamente, os economistas. Eles estão agora numa situação de tamanha urgência que precisam solicitar do Presidente da República medidas que poderão interferir profundamente no processo eleitoral.

O conflito entre política e economia foi desastroso no regime dos generais, porque neste país o principal eleitor foi recessão ou inflação. É diante deste dualismo que se situa, neste momento, o presidente José Sarney, um político que soube saltar sobre os problemas na ocasião oportuna e um literato que conhece a terrível sentença de Mefisto no seu diálogo com Fausto: "A obra da criação caminha sem vagar para a destruição. Seria bem melhor que nada fosse criado". O Presidente da República está, agora, na posição de definir os adversários, refazer alianças que se perderam pelo entusiasmo prematuro e atribuir hierarquia a seus conflitos.